

O derradeiro golpe de asa...

Todos os dados estatísticos revelam que, trinta anos depois do 25 de Abril, a batalha da educação básica, no nosso País, foi quase ganha. De uma taxa de 33,7% de portugueses que não sabiam ler e escrever em 1970, passámos para cerca de 9% de analfabetos com particular incidência nos cidadãos com mais de sessenta anos o que antevê, com o passar do tempo, a sua diminuição. Se este é um resultado sem dúvida positivo, não nos pode deixar satisfeitos e tranquilos, já que as exigências do mundo moderno são muito maiores e não se compadecem com saberes elementares. É conhecido, por exemplo, que os nossos futuros parceiros e concorrentes da União Europeia, possuem taxas de escolarização muito superiores, sistemas de ensino mais consolidados e uma maior aptidão para a inovação tecnoló-

gica. Países como a Lituânia ou a Polónia têm índices de analfabetismo quase residuais e percentagens de licenciados e técnicos superiores muito mais elevadas, fruto de uma aposta de longos anos na Educação, no contexto político concorrencial da "guerra fria".

A situação de Portugal é, por isso, preocupante pois estamos apenas a concluir a fase da massificação da escolarização quando outros já têm lançadas as metas da qualificação, da investigação científica e da inovação tecnológica. Como disse o Eng.º Roberto Carneiro num debate promovido, recentemente, pelo Jornal de Leiria, temos de "arranjar o avião em pleno voo, sob pena dos nos distanciarmos ainda mais dos que já descolaram da pista há muito tempo..." No mesmo sentido de alerta o Professor Margal Grilo revelou que 80% dos nossos empresários têm menos do 9º ano o que poderá explicar



Não há pois outra alternativa de desenvolvimento que não passe pelo aumento acelerado do esforço nacional num sistema educativo massivo mas exigente na qualidade

PEDRO MELO BISCAIA
Professor
do Ensino Secundário

de produtividade e de organização do trabalho e nos deixa numa situação difícil no contexto da Europa alargada. Já não temos, felizmente, a mão-de-obra mais barata mas ainda não atingimos o grau de vanguarda qualificada que nos dê argumentos de concorrência económica! Não há pois outra alternativa de desenvolvimento que não passe pelo aumento acelerado do esforço nacional num sistema educativo massivo mas exigente na qualidade, inovador, com percursos diversificados e prolongado por toda a vida. Não há tempo para definirmos prioridades parcelares, sendo necessário trabalhar em várias frentes em simultâneo, desde o apoio e adequação dos vários níveis de Ensino aos novos desafios, até há formação de gestores e trabalhadores no activo, apesar do desperdício de fundos comunitários verificado, nos últimos anos, destinados a esse fim. Há responsabilidades a assumir pelas famílias, pelo sis-

tema educativo formal, pelos Órgãos institucionais do estado, pelos meios de comunicação e pelo mundo empresarial que têm necessidade de ser estimulados a trabalharem em parceria neste desígnio estratégico crucial, do qual pode resultar a viabilidade de um País.

A nível local, os Conselhos Municipais de Educação, com representação de todos aqueles sectores, têm que exigir o direito de coordenar e articular decisões relativas à rede escolar, à oferta de cursos que reflectam as necessidades, a médio prazo, da realidade social e económica, à cooperação na formação profissional, ao combate ao abandono escolar precoce, a medidas de acção social escolar justas e ao incentivo à investigação aplicada.

A história de décadas diz-nos que não podemos esperar pela súbita iluminação dos gestores do centralismo para tentar, se ainda formos a tempo, dar o golpe de asa que nos leve mais além. ■